

POLÍTICA

O grande negócio é trocar apoio por cargos e poder político. Com essa idéia, o "Centro Democrático" do PMDB foi a Sarney, que concordou. O PFL também está na jogada.

Em ação, o bloco da barganha.

E Sarney tem ainda 80 emendas: só de mandato.

Se de fato o presidente José Sarney considera a convenção peemedebista um fato do passado e quiser, como prometeu, encerrar apenas o futuro, seus representantes na Constituinte precisam estar avisados de que vão enfrentar 80 emendas sobre a duração do mandato presidencial e 29 versando sobre a instituição no País do sistema parlamentarista de governo.

Isto é apenas o que restou da fase da Comissão de Sistematização, quando ficou acertado que as emendas do mérito, não incluídas no anteprojeto de relator Bernardo Cabral, serão consideradas, pelo menos para exame inicial, na etapa em curso, que é a da discussão da matéria em plenário.

Além desse saldo, muitas outras emendas sobre o mandato presidencial e o parlamentarismo deverão dar entrada até o dia 30, segundo as previsões da própria mesa da Assembléia.

Até ontem já haviam sido protocoladas 476 emendas de plenário, mas o levantamento dos temas de que tratam ainda não foi levantado pelo sistema de computadores do Senado, o Prodasen. Mas ali estão as anteriores, que, de acordo com o regimento interno, podem ser revividas agora.

Emendas

Na variedade de emendas sobre o sistema parlamentarista algumas tratam da duração do mandato presidencial, inclusive convocando eleições para 15 de dezembro do próximo ano ou para 15 de janeiro de 1989. Outras pretendem a realização de eleições gerais no País 90 dias após a promulgação da nova Carta, com a posse do presidente e do vice-presidente, como a do primeiro-ministro, 45 dias depois de eleitos; como uma delas permite a reeleição do presidente Sarney.

Sobre o sistema parlamentarista de governo, além das emendas guardadas no banco de dados do Prodasen, muitas parecem estar engatilhadas para sua formalização na fase atual, de plenário, e há parlamentarismo para todos os gostos, não faltando definições de competências do presidente e do conselho de ministros. A maioria declara que o presidente da República é o chefe de Estado e o primeiro-ministro, chefe de governo, enquanto outras, mais explicativas, dizem que o presidente da República é o responsável pelo Poder Executivo e sua autoridade é exercida através do conselho de ministros.

Mandato

Isoladamente também existem muitas emendas que apenas tratam da duração do mandato presidencial e vai ser necessário ao esquema político de Sarney uma vigilância em torno da tramitação de cada uma delas. Um razoável percentual, apresentado na fase das subcomissões e das comissões temáticas, está simplesmente arquivado, com sua rejeição pelos relatores. Mas nada impede que, manipulando o teclado de um dos terminais do Prodasen, qualquer Constituinte obtenha de imediato inspiração para reviver, com a mudança das expressões, a totalidade ou algumas das emendas.

Há um pacto, sim. Mas contra o parlamentarismo.

Sarney e Ulysses redobram seus esforços por um novo substitutivo. E até acenam com um plebiscito.

Nem só sobre a convenção do PMDB e o difícil relacionamento do partido com o governo têm conversado o presidente José Sarney e o deputado Ulysses Guimarães. Por diversas vezes, nas últimas semanas, mas com intensidade crescente de uns dias para cá, eles começaram a abordar a questão constituinte. Em tom reservado, chegaram à conclusão que sem um entendimento amplo entre o Palácio do Planalto, a direção do PMDB, do PFL e demais grupos partidários será impossível evitar o desastre representado pelo anteprojeto preparado pela Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte. É preciso elaborar um substitutivo bem diferente do texto agora em exame pelo plenário, capaz de restabelecer a lógica e o bom senso. O governo não tomará a iniciativa de preparar esse substitutivo, tarefa que deve caber aos partidos, mas, nem por isso, ficará alheio às negociações e entendimentos.

Entre Sarney e Ulysses, de maneira objetiva, existe um pacto bem diferente do chamado pacto do diabo. Não passa pelos planos efetivos do presidente do PMDB tornar-se primeiro-ministro. O que eles acertaram foi uma aliança contra determinados excessos e fantasias do anteprojeto. Aliança, por exemplo, para evitar o sistema de governo sugerido no documento que deputados e senadores estão analisando. Nem o presidente da República nem o presidente do PMDB aceitam o parlamentarismo híbrido proposto pela Comissão de Sistematização. Inclina-se pela manutenção do presidencialismo, ainda que aceite a concessão de maiores poderes ao Congresso. Por questões de tática política, não devem assumir de público a primeira linha da luta contra o sistema misto. Sarney, para não dar a impressão de estar interferindo em causa própria. Ulysses, porque boa parte das bancadas do PMDB ainda se inclina pela fórmula. No fundo, porém, ambos estão convencidos da total inoportunidade da sugestão. Tudo farão para torpedear-la.

O senador Marco Maciel e o ministro Aureliano Chaves, do PFL, serão chamados a participar dessa troca preliminar de idéias. Desse caudal, participa o próprio Leonel Brizola, do PDT. Todos abominam o parlamentarismo híbrido e sustentam a preservação do presidencialismo. É possível que no correr do mês de agosto o substitutivo do PMDB-PFL ganhe forma preliminar, devendo ser submetido às lideranças dos dois partidos e até a outros situados fora da Aliança Democrática. Os governadores também serão chamados a opinar.

O pacto contra o parlamentarismo híbrido poderá dobrar a corrente que o defende, mas, para isso, torna-se necessária muita

cautela, antes de botar o tigre na jaula será preciso lizar suas garras e arrancar seus dentes. O presidente e os dirigentes do PMDB e do PFL não pretendem um confronto, muito menos um choque com as forças responsáveis pela tese. Imaginam poder convencê-las dos perigos que a mudança determinaria para a sorte do regime democrático. Tal como está a proposta, haverá inevitável diluição do poder, dividido entre o presidente da República, o primeiro-ministro, o conselho de ministros, o conselho da República e o Congresso Nacional. Qualquer divergência de opinião entre eles irá gerar a paralisação das atividades administrativas, com sérios prejuízos para o País.

O debate entre parlamentarismo e presidencialismo é histórico e serve ao aprimoramento das instituições, para Sarney e Ulysses, mas precisa de tempo para gerar resultados. E o povo não poderia deixar de ser ouvido.

Essa talvez represente a carta na manga dos presidentes da República e do PMDB, se não conseguirem alterar a tendência constituinte pela mudança no sistema de governo: o plebiscito não seria difícil fazer aprovar nas Disposições Transitórias da nova Constituição dispositivo determinando a realização de um referendo nacional em torno do parlamentarismo híbrido. Mesmo uma eventual maioria parlamentarista que permanecesse firme não teria como deixar de acatar a consulta, por sinal sugerida, semanas atrás, pelo ex-chefe do Gabinete Civil, ministro Leitão de Abreu. Nesse caso, o capítulo constitucional ficaria inócuo, inaplicável, pois as pesquisas preliminares realizadas este ano, nos mais diversos segmentos sociais, têm revelado total idiosincrasia popular diante do parlamentarismo. Se depender do eleitorado, o presidencialismo não muda.

Outros temas estão entrando na pauta de conversações do chefe do governo e do parlamentar paulista, em termos constituintes. A proliferação dos capítulos relativos aos direitos fundamentais é um deles. Outro, a questão social, com a estabilidade aos 90 dias e a semana de 40 horas, consideradas perniciosas à retomada do desenvolvimento. A idéia de ambos, importa frisar, visa a preparação de um novo anteprojeto, a ser apresentado em bloco no plenário da Constituinte, assinado pelos líderes da Aliança Democrática e capaz de substituir o texto em exame antes de terminado o prazo para a primeira apreciação conjunta. Ulysses até manifesta a esperança de que, prevalecendo o bom senso, a nova Constituição poderá estar pronta antes de dezembro.

Carlos Chagas

Constituinte: Ulysses rejeita prazos.

Ele acha que organizar os debates diariamente significaria cassar a palavra dos já inscritos

A confusão vai continuar. A proposta do deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) de organizar os debates no plenário da Constituinte, elaborando um cronograma dos temas a serem discutidos em cada sessão, foi recusada, ontem, em reunião do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, com oito líderes partidários. Enquanto isso, os modernos do PFL reuniram-se mais uma vez com os moderados do PMDB, buscando um consenso sobre várias questões polêmicas, que serão tratadas como pontos comuns por esses parlamentares na Constituinte.

Ao rejeitar a elaboração de um cronograma para os debates, Ulysses Guimarães argumentou que já existe uma lista de constituintes inscritos para debater os mais variados assuntos — e a suspensão dessa lista teria o sentido de cassação da palavra. Ulysses frisou não poder colocar uma camisa-de-força no regimento.

O líder do PDS, deputado Amaral Neto, lembrou que se os debates fossem marcados por temas diários seria o mesmo que ter "o

dia certo para a pressão certa". Ou seja: "Na discussão da reforma agrária viriam a UDR, a CUT e a CGT", e a guerra estaria armada.

Além de Ulysses e de Amaral Neto foram contra a idéia os líderes do PDC (Sílvio Campos) e do PFL (José Lourenço, que nem sequer se dispôs a discutir a fundo a idéia). A favor, Luís Inácio Lula da Silva (PT), Brandão Monteiro (PDT), Haroldo Lima (PC do B) e Roberto Freire (PCB, que afirmou: "Acho que pode dar certo. Este plenário está muito ruim").

Moderados e modernos

No início de agosto, serão operacionalizadas as propostas que iremos levar ao relator da Comissão de Sistematização, e a todos os membros do órgão", anunciou o deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE), do grupo moderno do PFL, após reunir-se com os moderados do PMDB, e membros do PCB, PDT e PDS. Segundo Alcântara, essas reuniões visam "evitar a radicalização" na discussão dos temas polêmicos, como reforma



Ulysses: espantando o sono.

agrária, anistia, jornada de trabalho e estabilidade, reserva de mercado e empresa nacional.

O grupo volta a reunir-se quarta-feira e, em agosto, será aumentada a frequência dos encontros, até a aprovação final de um texto que reflita a média de pensamentos dos seus integrantes.

Entretanto, no que depender do relator Bernardo Cabral, temas como pena de mor-

Nem bem assentou a poeira levantada pela convenção do PMDB e já está de volta a política de barganhas, sem nenhum disfarce. No café da manhã, ontem, o presidente Sarney recebeu os líderes de chamado "Centro Democrático" do PMDB, à frente Carlos Sant'Anna, de quem recebeu esta proposta: é possível, ao grupo, formar um grande bloco suprapartidário de apoio ao presidente, desde que Sarney lhes dê maior "respaldo e prestígio político", com o que poderia "negociar" a adesão dos parlamentares. O mesmo grupo voltou a Sarney, durante o jantar, já com um "pacote" de seis reivindicações — que significam principalmente cargos no governo, inclusive ministérios, além de apoio a pedidos de verbas federais. E Sarney concordou, segundo um dos integrantes do grupo.

O "pacote" de reivindicações do "Centro Democrático" do PMDB foi discutido durante todo o dia, no Congresso, pelas lideranças dessa facção, e contém estes pontos: 1) criação de 12 a 20 cargos de vice-líderes do governo; 2) criação do bloco suprapartidário ideológico de apoio às teses do governo na Constituinte, o que se extinguiria depois da promulgação da nova Carta; 3) direito aos parlamentares integrantes do "Centro Democrático" de preencher cargos federais, importantes do segundo escalão, como diretorias da CEF, Banco do Brasil, BNDES e outros; 4) o mesmo em relação a cargos federais nos Estados; 5) atendimento a pedidos de prefeitos, por parte de ministérios e outros órgãos do governo, somente por indicação e através dos parlamentares do grupo; e 6) destinar ao grupo três ou quatro ministérios, a critério e escolha do presidente Sarney.

A Sarney foi dito ser indispensável aumentar seu bloco de apoio dos atuais 142 parlamentares para no mínimo 180, só dentro do PMDB. Do café da manhã com Sarney tomaram parte o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (BA), e os deputados Marcos Lima (MG), Roberto Cardoso Alves (SP), Expedito Machado (CE), Borges da Silveira (PR), Jorge Viana (BA) e Jorge Leite (RJ). No jantar com Sarney uniram-se ao grupo os deputados Prisco Viana (BA), Osvaldo Sobrinho (MT) e Arnaldo Moraes (PA).

Sarney ficou "sensibilizado" com os argumentos, revelou um deles. Cardoso Alves, porta-voz do grupo, abriu o jogo com o presidente e falou da revolta dos parlamentares do "Centro Democrático" com a atitude presidencial, de prestigiar os ministros e governadores que abertamente não o estão apoiando, enquanto os que ficam a seu lado nos momentos mais difíceis nada recebem. Lembrou, como exemplo, o ocorrido na convenção e colocou as cartas na mesa: os parlamentares do grupo querem ser distinguidos de alguma forma e recompensados pela sustentação que vêm dando a Sarney. Em troca, aumentarão o bloco de apoio na Constituinte. E caso Sarney não aceite, acenou com uma "debandada geral", além da derrota das teses governamentais.

O PFL ataca

Do lado do PFL, Carlos Chiarelli e José Lourenço vão hoje a Sarney reclamar a "ampliação de seu espaço no governo em nome da fidelidade incondicional às propostas oficiais, em contraste com as vacilações do PMDB".

Essa atitude pefelista, explicaram, teve origem em dois fatos: um, a rebeldia do superintendente da Sudene, Dorani Sam-

paio, em relação a seu superior imediato, o ministro do Interior Joaquim Francisco Calvalcante (explica-se: segundo o PFL, Dorani vem sendo estimulado em sua rebeldia pelo governador de Pernambuco, Miguel Arraes, porque o ministro foi indicado pelo presidente do PFL, Marco Maciel); e dois, porque na recente convenção do PMDB só dois oradores, entre mais de cem, defenderam o governo, que foi duramente atacado. O líder Carlos Chiarelli, aliás, disse que o PFL apóia a ampliação do leque de apoio a Sarney, que vem sendo articulado pelo "Centro Democrático" do PMDB.

Já no dia 5 de agosto próximo, segundo anunciou o vice-líder do PFL, deputado Inocêncio de Oliveira (PE), haverá uma reunião entre o "Centro Democrático" do PMDB e seus aliados de outros partidos no futuro bloco suprapartidário de sustentação a Sarney. Na ocasião, será avaliado o anteprojeto de Constituição, serão traçadas as estratégias de atuação do grupo para aprovação das teses do governo, e discutida a melhor forma de se obter consenso em relação aos pontos polêmicos da nova Carta. Mais de 200 deputados estarão na reunião, previu Inocêncio, que anunciou a possibilidade de um encontro com Sarney logo após.

De qualquer forma, na reunião de hoje, às 17h30, com Sarney, Marco Maciel e outros líderes pefelistas reivindicarão mais cargos ao PFL e maior participação do partido nas decisões de governo.

Contra o bloco

Mas tanto no PFL como no PMDB — e até no PDC — há fortes protestos contra o bloco suprapartidário. O governador de São Paulo, Orestes Quercia, por exemplo, é contra, alegando que poderá prejudicar o PMDB.

Do PFL, o vice-líder Alceni Guerra (PR) foi direto na ferida, condenando duramente a intenção do "Centro Democrático" e considerando o bloco suprapartidário "puramente fisiológico e muito precipitado". Disse que prevalecerá "a ação fisiológica do toma lá dá cá" e que os que apóiam o bloco só têm um pedido a fazer a Sarney: "Dê-nos cargos". Concluiu que "esse loteamento de cargos é um crime contra a sociedade brasileira".

O presidente do PDC, deputado José Maria Eymael, não só repetiu que não participará do bloco — para permanecer independente — como voltou a desmentir o líder do governo, Carlos Sant'Anna: "Já fiz isso várias vezes e não adianta: ele sempre aparece na imprensa afirmando nossa adesão". Já o prefeito Jânio Quadros, que esteve ontem com Sarney, segundo algumas fontes para pedir dinheiro, saiu dizendo-se favorável ao bloco de apoio ao governo, no regime presidencialista e ao mandato de cinco anos para Sarney.

A dissidência

Enquanto isso, a dissidência do PMDB, denominada "Movimento de Unidade Progressista" (MUP), divulgava nota oficial reafirmando seus compromissos, principalmente com a campanha das diretas em 88 e com o distanciamento do grupo do governo Sarney.

Ainda segundo a nota, as respostas ao questionário distribuído durante a convenção demonstraram que "a maioria do partido deseja uma Constituição progressista, desautorizando os que, nas comissões e subcomissões dedidiram de acordo com as forças mais conservadoras e atrasadas deste país".

to à vida, a um nome, a uma família, à educação, à saúde, ao lazer, à moradia, à alimentação e à segurança social e efetiva".

No próximo dia 12, coincidindo com a greve geral marcada pela CUT, serão entregues as assinaturas de cerca de 60 emendas populares, promovidas por entidades nacionais.

E o líder do PDT, Brandão Monteiro, já obteve 120 das 186 subscrições necessárias para a apresentação de seu projeto de decisão suspendendo a vigência da Lei de Segurança Nacional durante os trabalhos da Constituinte. Pela proposta, os processos e inquéritos com base na LSN serão redistribuídos à Justiça comum, aplicando-se apenas o Código Penal.

Brandão Monteiro também propôs ontem, a realização de um plebiscito no dia 17 de novembro, 60 dias após a publicação do projeto de Constituição a ser elaborado por Bernardo Cabral, para definir o sistema de governo e a duração do mandato do atual presidente da República.